

Bertha Lutz – uma trajetória feminista e científica

Lia Gomes Pinto de Sousa
Historiadora Bolsista CNPq Pagu-UNICAMP
Mariana Moraes de Oliveira Sombrio
Historiadora Mestranda DPCT-IG-UNICAMP
Maria Margaret Lopes
Pesquisadora– Pagu – UNICAMP
Professora Livre-Docente IG – UNICAMP

Quando a física polonesa Marie Sklodowska Curie (1867-1934) visita o Brasil em agosto de 1926, é recebida com caloroso entusiasmo por membros das comunidades científicas, governamentais e também pela população em geral. Algumas obras afirmam que a chegada da cientista ao Brasil extrapolou a repercussão esperada, o que significaria um “marco na luta histórica das mulheres”, indicando enfim o “reconhecimento oficial” da capacidade intelectual da mulher por parte dos cientistas brasileiros.

Na realidade, já não eram poucas as mulheres a essa época que participavam do meio científico no Brasil ou que exerciam alguma profissão alheia às funções tradicionais domésticas, ainda que permanecesse certa resistência ao seu ingresso no mundo acadêmico. Nas primeiras décadas do século XX, e mesmo na segunda metade do XIX, encontramos médicas, escritoras, pesquisadoras de instituições como o Museu Nacional dentre outras, buscando seu lugar ao sol fora da esfera privada do lar.

Não tão excepcionalmente, Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976) conclui o curso superior de Ciências Naturais na Universidade de Paris (Sorbonne) em 1918, e nesse mesmo ano começa a trabalhar auxiliando o pai, o microbiologista Adolpho Lutz, no Instituto Oswaldo Cruz (Manguinhos). Já no ano seguinte ingressa como secretária no Museu Nacional, cargo conquistado via concurso público, mas desde logo desponta em atividades científicas de cunho naturalista. Ao mesmo tempo em que ingressava na vida profissional, iniciava sua militância, fundando a Liga pela Emancipação Feminina em 1919, tornada Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), em 1922.

Bertha foi uma das quatro mulheres a assinarem a Carta de Fundação da ONU, ocupou uma cadeira na Câmara Legislativa Federal (1936-1937), lutou pela conquista pelo voto feminino, pela educação e profissionalização das mulheres, e participou ativamente da reforma do Código Civil. O movimento liderado por ela gozava de uma ampla rede de relações, caracterizando-se num movimento coletivo organizado inclusive, e principalmente, internacionalmente. Mas as características de seu feminismo, muitas vezes afirmado como “conservador” ou “bem comportado”, acabam nos apontando uma dimensão muito mais complexa do que aparenta ser, ao analisarmos os inúmeros documentos acerca de sua trajetória.

Obviamente Bertha e outras mulheres tiveram o apoio de sua origem social e/ou redes de relações para ingressarem numa esfera ainda majoritariamente masculina e que não tinha como “natural” a inserção feminina no mundo público. Mas é importante ressaltar que os anos 1920 iniciavam um período de profissionalização de mulheres e, portanto, resgatar a historicidade de um movimento que já se articulava pelo menos desde fins do século XIX. Igualmente, na década de 1920, os esforços de divulgação das Ciências e de consagração de seus espaços se intensificavam no Brasil e especialmente na capital, abrindo talvez um espaço para novos sujeitos.

Atentas a esse contexto de institucionalização das ciências no país, aliado ao movimento de profissionalização feminina que começava então a ganhar corpo, analisamos a trajetória, indissociavelmente feminista e científica, de Bertha Lutz. Esta pesquisa está sendo desenvolvida no Núcleo de Estudos de Gênero Pagu – Unicamp, coordenada pela prof.^a Dr.^a Maria Margaret Lopes, no âmbito do projeto temático “Gênero, corporalidades” (FAPESP, processo nº 03/13691-0).

Relacionando gênero e ciências na trajetória de Bertha Lutz

Os estudos sobre gênero e ciências, história das mulheres e ciências, estudos feministas das ciências, vêm se consolidando enquanto campos disciplinares há muitos anos, particularmente nos EUA, mas também na Inglaterra, França e em outros países europeus. No âmbito das discussões relacionadas às teorias feministas dos movimentos da década de 1970, a relação *gender and science* – gênero e ciência – que se desdobraria em uma abrangente área de estudos, surgiu pela primeira vez em 1978, como título de um artigo de Evelyn Fox Keller (1995).¹ Ao desenvolver uma análise histórica dessa relação, ela argumentou que o tema mais imediato para uma perspectiva feminista das ciências naturais é a mitologia popular, profundamente enraizada, que situa a objetividade, a razão e a mente como se fossem relativas aos homens, e a subjetividade, o sentimento e a natureza como se fossem relativos às mulheres, fazendo com que o trabalho científico (de caráter racional e objetivo) fosse destinado aos homens. Esta divisão mostra mais que a exclusão das mulheres da ciência, ela é o sintoma de uma fenda mais ampla entre masculino e feminino, subjetivo e objetivo, amor e poder, público e privado, cientistas homens e cientistas mulheres.

A perspectiva feminista leva a identificar estas divisões como algo central para a estrutura básica da ciência e das sociedades modernas. A ciência busca um conhecimento do mundo confiável e de coerência lógica, porém, temos que entender como os objetos científicos são alimentados e elaborados, além da reprodução experimental, pelos compromissos sociais, políticos e emocionais mais comuns de grupos e indivíduos particulares.²

O movimento feminista impulsionou o desenvolvimento de novas teorias e abriu novos campos de investigação fazendo com que a perspectiva de gênero fosse levada em consideração em diversos campos da ciência, além de abrir as portas para o ingresso das mulheres nas carreiras científicas.

Insistindo na importância da perspectiva histórica para as discussões sobre gênero e ciências – ainda muito escassas no Brasil – consideramos importante resgatar a trajetória de personagens como Bertha Lutz, pioneiras na luta pela profissionalização das mulheres e no trabalho científico, e analisar estas trajetórias criticamente. Além disso, esse tipo de estudo permite que, através da análise de um sujeito histórico, se compreenda melhor a sociedade em questão, seus valores, ideologias e preconceitos.

Ainda existem muitos espaços vazios na história das mulheres e das ciências no Brasil. As pesquisas existentes sobre Bertha Lutz referem-se principalmente a sua atuação política no movimento feminista e não vinculam essa atuação com suas atividades científicas. É importante analisar a participação das mulheres na produção do conhecimento científico, pois só assim será possível acabar com preconceitos que por muito tempo excluíram as mulheres desse tipo de atividade.

O trabalho científico de Bertha sofria influência de sua militância feminista, e vice-versa. Como sugestão ao ante-projeto da Constituição em 1933, ela escreveu os “13 Princípios Básicos”, que foi editado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, onde faz sugestões à nova constituição. Nesse documento é possível identificar seus ideais feministas e a influência de suas concepções científicas no seu trabalho político. Um dos princípios básicos que ela propõe é a equiparação dos sexos. Ela utiliza metáforas e termos científicos para comentar aspectos sociais e políticos, e é possível perceber que muitas de suas idéias estão fundamentadas em sua noção de objetividade científica, por exemplo, ao justificar a “racionalização do poder” ela diz:

“Este processo só a sciencia poderá fornecer, porque só ella possui uma methodologia aperfeiçoada e só ela cultiva uma attitude inteiramente objectiva e imparcial. Procura a verdade sem idéias preconcebidas e, uma vez encontrada, a aclama tal qual ella seja sem procurar dar-lhe feição artificial”.

“A technica scientifica alliada à soberania do direito promove a racionalização do poder”.³

Como grande parte da sociedade do início do século XX, Bertha tinha uma concepção específica de ciência, uma noção de que ela era racional, neutra e objetiva. É

possível perceber isso quando ela diz que “só a ciência é capaz de promover a racionalização do poder, porque ela cultiva uma atitude totalmente objetiva e imparcial”, e existem muitas passagens deste documento nas quais ela se refere à ciência dessa mesma maneira.

Quando as mulheres começaram a ingressar em profissões científicas, elas encontraram uma disciplina já bem constituída com fortes princípios. Nesse processo de constituição da Ciência, é difícil enxergar a participação das mulheres. Parte da invisibilidade das mulheres na ciência se deve à sua condição de inferioridade imposta pelo discurso hegemônico, que as considerava incapazes de participar da vida pública e as confinava às atividades domésticas, porém, é possível resgatar identidades de mulheres que exerceram atividades profissionais tanto na ciência como em outros campos, e demonstrar que elas também participaram, de alguma maneira, da produção do conhecimento.

Muitas vezes o discurso científico encontrou explicações para justificar a inferioridade das mulheres e subjugá-las. Para as mulheres, ficava difícil contestar essas teorias estando fora dos lugares aonde elas eram produzidas. A exclusão das mulheres teve consequências importantes na maneira como a “instituição ciência” se constituiu. As práticas, costumes e formas pelas quais a ciência é produzida até hoje se firmaram com pouquíssima participação das mulheres, e é possível encontrar implicações de gênero até mesmo em seu conteúdo.⁴ Com o surgimento do movimento feminista, muitas práticas científicas foram revistas e produziram-se novas análises. Novos olhares foram lançados e novos objetos encontrados. Ciências como, por exemplo, a primatologia e a biologia, sofreram verdadeiras revoluções com a participação das mulheres, e isso não se deu porque as mulheres são mais capazes do que os homens; elas simplesmente tiveram espaço para participar e introduziram novas idéias, práticas e necessidades.

Recentes pesquisas têm resgatado as vidas e conquistas de muitas mulheres que participaram ativamente da ciência. Se apenas poucas mulheres foram admitidas em instituições científicas até o início do século XX, isso se deu em parte pela prevalência de

teorias sobre a “natureza” das mulheres e o quão inadequadas elas eram para o trabalho científico.⁵

Historicizar os indicadores científicos e suas análises, e os empecilhos que as mulheres enfrentaram para entrar no mundo profissional científico⁶, leva a uma releitura da história das mulheres sem considerá-las sempre como exceções à regra⁷, pois muitas mulheres participaram ativamente da produção do conhecimento científico apesar das restrições impostas a elas, e talvez a historiografia não tenha lhes dado a atenção necessária, contribuindo para sua invisibilidade na história das ciências.

¹ LOPES, Maria Margaret. “Aventureiras” nas Ciências: Refletindo sobre Gênero e História das Ciências Naturais no Brasil; em *Cadernos Pagu (10) – Gênero, Tecnologia e Ciência*, 1998, PAGU/UNICAMP, pp.345-368.

² FOX KELLER, Evelyn. Reflexiones sobre Género y Ciencia, Tradução de Ana Sánchez, IVEI, Edicions Alfons el Magnànim, 1989, Valencia, pp.9-23.

³ LUTZ, Bertha, “13 Princípios Básicoa – Sugestões ao ante-projeto da Constituição”, editado pela FBPF, 1933, Rio de Janeiro.

⁴ FOX KELLER, Evelyn. Op. Cit. pp. 9-23.

⁵ GOLINSKI, Jan. The Care of the Self and the Masculine Birth of Science; *History of Science*, SCIENCE HISTORY PUBLICATIONS LTD, 2002, Cambridge, England, p. 126.

⁶ Para o caso brasileiro ver: TABAK, Fanny. O Laboratório de Pandora, 2002, Rio de Janeiro, Garamond.

⁷ Sobre a crítica a noção de excepcionalidade das mulheres ver a Apresentação do *Cadernos Pagu (15) – Gênero, Ciências, História*, organizado por Maria Margaret Lopes, 2000, PAGU/UNICAMP, pp. 7-15. e também o artigo: VERGARA, Moema Rezende. A noção de excepcionalidade na história das mulheres: o caso da geração Flora Tristan, em *Cadernos Pagu (13)*, 1999, PAGU/UNICAMP, pp. 223-253.